

RACISMO IMPLÍCITO: UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

SILVA, Flávia Carolina da – UFPR
flavia1140@gmail.com

PALUDO, Karina Inês – UFPR
karina_paludo@hotmail.com

Eixo Temático: Educação da Infância
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

Nenhum segmento da sociedade está isento do racismo, ele está inclusive, de maneira implícita, no ambiente escolar. Sabe-se que a responsabilidade de combater a discriminação racial não é somente da escola, mas da sociedade com um todo. Entretanto, cabe às instituições educacionais formar e orientar cidadãos, assim, as escolas precisam munir-se de estratégias a fim de minimizar os efeitos do racismo. Diante desse contexto, apresenta-se, nesta oportunidade, o presente trabalho pautado na apreciação das questões étnico-raciais no contexto escolar, por meio da análise das práticas pedagógicas com o intuito de averiguar se tais questões, sobretudo, práticas de racismo, preconceito e discriminação racial são abordadas e de que forma. Para tanto, articulou-se a pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos científicos e legislação, e pesquisa empírica. Como referencial teórico utilizou-se dos seguintes autores: Cavalleiro (2007), Gonçalves (1987), Lopes (2005), Roberto (2001), Rocha (2011), Santos (2011), Sant'Ana (2005) e Silva (2008), utilizou-se também da Constituição Federal (1988), a Lei 10.639/CNE (2003) e as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Infantil de Curitiba (2008), a pesquisa de campo foi realizada em uma turma de Educação Infantil de uma escola municipal da região periférica de Curitiba, através de observação e entrevistas com educadores e alunos. Averigua-se que, as questões raciais não são trabalhadas na escola de maneira adequada. Assim, a ausência e o silêncio na esfera escolar levam a concluir que o racismo encontrado na instituição é camuflado. A fim de

minimizá-lo, faz-se necessário que a escola atente para suas práticas, comprometendo-se com a diversidade.

Palavras-chave: Educação Infantil. Racismo. Escola. Relações Étnico-Raciais.

Introdução

O racismo consiste na discriminação de pessoas, baseado em características fenotípicas, justificando a superioridade de uma raça sobre a outra. Sua construção derivou-se das teorias evolucionistas do século XIX, que influenciaram diversas áreas do conhecimento, como, por exemplo, a Biologia e as Ciências Sociais, teorias estas que defendiam a existência de raças diferentes, menosprezando assim aos negros e valorizando os brancos europeus (CAVALLEIRO, 2007). Não há indícios científicos que justifiquem a discriminação, concordando com Silva (2008, p. 65), pode-se dizer que “a idéia de raças humanas e as bases sociais do racismo foram historicamente criadas e difundidas, com objetivos políticos bem determinados, mas carecem de fundamentos científicos”. No Brasil, de acordo este mesmo autor, as ideias e teorias, dos intelectuais europeus, que fundamentavam o racismo, foram trazidas e traduzidas no século XIX. Esse ideário sustentava a ideia de que o baixo desenvolvimento do país era resultado da miscigenação, fundamentando assim o princípio eugênico de que uma raça pura como a branca não poderia misturar-se com “raças inferiores”, como as dos indígenas e negros.

Tem-se, assim, o “racismo à brasileira” fundamenta-se na Doutrina do Branqueamento, em que há a presença de um ideal branco, no qual, o impacto da inferioridade da raça negra poderá ser minimizado com a miscigenação, “à medida que os traços fenotípicos deixassem de ser tão marcados”. Portanto, quanto mais preto¹ o indivíduo for, mais propício ele está de sofrer com o racismo, enquanto uma pessoa que é parda (aparentemente mais clara) e não possui seus traços negroides tão marcados, certamente sofrerá menos preconceito, poderá até ser considerada (socialmente) branca, estando imune de preconceito. Em síntese, a doutrina do branqueamento consiste na tonalidade da cor de pele, quanto mais escuro o sujeito mais vítima do preconceito será, quanto mais claro, menos

¹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há cinco categorias para a classificação racial do cidadão brasileiro, são elas: preto, pardo, branco, indígena e amarelo, sendo que pretos e pardos compõem o grupo dos negros. Assim é correto fazer uso do termo “preto” para classificar/ identificar uma pessoa, porém usá-lo com a finalidade de degradar, ofender e/ou ferir considerar-se-á uma prática de racismo, podendo ser penalizado. Deste modo, neste texto utilizar-se-á o termo “negro” que engloba as categorias preto e pardo.

preconceito, já que “as características fenotípicas se relaciona com conceito de “preconceito racial de marca”, O racismo de marca, presente no Brasil, consiste na discriminação baseando-se na tonalidade da cor de pele do indivíduo, não levando em consideração sua origem/descendência (SILVA, 2008, p. 68)”.

Faz-se oportuno ressaltar o uso do termo ‘raça’ pelo movimento negro, nos escritos acerca – ainda que este seja biologicamente errado – por ser considerado “politicamente correto”, por ter o intuito de reivindicar a “identidade, por parte de segmentos da população negra” (SANTOS, 2001, p. 98). Ainda que socialmente seu uso esteja carregado de estereótipos e preconceito.

Nenhum segmento social está isento do racismo, por isso ele está inclusive no ambiente escolar, caracterizando-se de maneira implícita ou explícita. O racismo explícito consiste nas ofensas verbalizadas e/ou ações de discriminações. Como exemplo, pode-se citar o fato de um indivíduo humilhar verbalmente um cidadão negro com outras pessoas testemunhando tal ação. Devido à legislação brasileira, que condenam as práticas do racismo, esta modalidade de discriminação racial, está em menor proporção quando comparada com o racismo implícito.

A discriminação implícita é a mais comum, pois aparece sutilmente em nosso meio de maneira subjetiva. O simples fato dos livros infantis não retratarem personagens negros e/ou não fazerem nenhuma menção a personagens afros pode ser considerado um racismo camuflado. Outro exemplo de “racismo implícito [está] nas associações sistemáticas da figura do negro com funções subalternas e escravidão” (SILVA, 2008, p. 26). Por ser quase imperceptível, torna-se o mais difícil de ser combatido, e, infelizmente, está impregnado no ambiente escolar.

Diante desse contexto, a fim de se compreender o processo de inclusão de assuntos étnico-raciais no meio escolar. Examinar-se-á, a seguir, pressupostos teóricos que permitirá analisar, posteriormente, as informações empíricas advindas da pesquisa de campo, com o intuito de detectar se assuntos étnicos são trabalhados na prática pedagógica cotidiana com os alunos e de que forma.

Desenvolvimento

Sant’Ana (2005) afirma que o racismo entre as etnias surgiu aos poucos entre as pessoas e foi se fortificando com o passar dos tempos. Esta prática (a do racismo), expressa

um fenômeno ideológico que se materializa através das discriminações, encontrada nas diferentes organizações sociais, inclusive nas instituições escolares, presente entre estudantes, professores, direção da instituição e livros didáticos. Deste modo, a escola não pode isentar-se de trabalhar as questões raciais, visto que, cabe à ela formar cidadãos anti-racistas (LOPES, 2005).

Para Lopes (2005), a escola deve estar comprometida com projetos que visem mudança nas atitudes dos alunos em relação ao combate do racismo. Assim, a escola irá “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça [...] e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988, pg. 9).

Considerando que a escola possui um caráter social, entende-se que é de suma importância a articulação entre educação, cidadania e raça, visto que, precisa “além das discussões sobre temas transversais ou propostas curriculares emergentes” (GOMES, 2001, p. 83). Deste modo, as práticas pedagógicas necessitarão considerar

a diversidade de classe, sexo, idade, raça, cultura, crenças, etc., presentes na vida da escola e pensar (e repensar) o currículo e os conteúdos escolares a partir dessa realidade tão diversa. A construção de práticas democráticas e não preconceituosas implica o reconhecimento do direito à diferença, e isso inclui as diferenças raciais (GOMES, 2001, p. 87).

Uma maneira de combater o racismo é através do estudo das questões étnico-raciais, pois, permitirá que os alunos desencadeiem respeito entre as pessoas, independente de suas características e origens. Neste sentido, o trabalho com questões étnico-raciais é importante não só para auxiliar os educandos a compreender que a diferença entre indivíduos, povos e nações é saudável e enriquecedora, mas também porque cabe à escola promover e contribuir para minimizar o preconceito. É necessário, portanto, que haja uma valorização dos assuntos étnico-raciais para que a igualdade entre as raças seja, de fato, garantida (LOPES, 2005).

Para Gomes (2001) Os estudos devem iniciar-se entre o professorado. A discussão sobre as questões raciais, a importância assim como o porquê de se trabalhar com elas, devem ficar bem definidas e compreendidas entre os educadores e funcionários da escola. É necessário que os professores adquiram conhecimentos em relação à cultura e tradição africana no Brasil, para estarem embasados no desenvolvimento do trabalho pedagógico.

A preocupação com uma escola comprometida com a cidadania e diversidade não é recente, já que desde os anos 70, averigua-se uma preocupação com a educação, ao perceber

uma ausência de registros da nossa História social, o processo de leitura etnocêntrica e eurocêntrica da História sistematicamente difundido pela escola brasileira, a desvalorização constante de formas de manifestação da nossa alteridade, de aspectos diversos de nossas culturas e raízes (SILVA, 2008, p 150).

Deste modo, cria-se, então, pelo deputado federal Abdias do Nascimento, o projeto de lei nº1.332, de 1983, que visava à implantação de políticas compensatórias baseadas em princípios de igualdade social do negro. Esse documento determinava que os vários níveis da educação (desde a educação infantil à pós-graduação) modificassem seus currículos, com a finalidade de incluir conteúdos de história brasileira e o ensino das contribuições positivas não só dos africanos, mas também de seus descendentes, para toda a civilização brasileira, assim como sobre a resistência contra a escravidão e as lutas contra o racismo no período pós-abolicionista.

Neste sentido, acredita-se ser necessário o empenho do governo no que tange a implantação e implementação de políticas públicas. Neste sentido, cita-se a lei nº 10.639 sancionada em nove de janeiro de 2003, que de acordo com Rocha (2011), altera dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – determinando que todas as etapas da educação trabalhem com as questões raciais, enfatizando a necessidade de se valorizar a cultura afro desde a Educação Infantil, respeitando suas especificidades.

Segundo a lei referida, o ensino da história e da cultura Afro-Brasileira deve ser incluído obrigatoriamente no currículo da educação básica de instituições públicas e privadas. De acordo com o mesmo documento, o calendário escolar deve incluir o dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”. Vale ressaltar que, esta inclusão não deve acontecer no sentido de folclorizar esta data, isto é, tratar da cultura e história do negro somente neste dia, mas durante todo o ano letivo. O ensino da história e da cultura deve não só estar incluídas no currículo escolar, mas também serem trabalhadas de maneira subjetiva, como por exemplo, colocar figuras das diversas etnias, quando for colocar figura de pessoas, ou incluir em seu acervo bibliográfico livros que contenham positivities da história africana e/ou personagens negros não estereotipados. Assim, a escola estará demonstrando o cuidado e o comprometimento com a diversidade. A “Lei 10.639/03 pode constituir-se como uma

ferramenta importante para o combate ao racismo, e conseqüentemente, para a superação do quadro de desigualdades raciais e sociais presente na sociedade brasileira” (ROCHA, 2011, p. 37).

Para se obter resultados em relação às questões afros, os trabalhos precisam ser iniciados na educação infantil – como previsto em lei – a fim de se evitar a formação de cidadãos preconceituosos, já que se parte da premissa de que o sujeito não nasce racista, mas se, torna. Por isso, a importância em ensinar a criança a ser antirracista é fundamental para se formar uma sociedade mais digna e comprometida com a diversidade.

Em relação à formação dos alunos negros e não negros, Gonçalves (1987, p. 27) aponta que os pequenos afro-descendentes são retratados de maneira negativa nos textos escolares, o que resulta em efeitos psicológicos negativos na criança negra. A discriminação está também nas histórias infantis, pois, os personagens são, em geral, representados por brancos. Este fato “impõem às crianças negras um ideal de ego branco”. Ao se deparar com um personagem negro em um livro de literatura, por exemplo, em sua maioria eles são pobres ou miseráveis e desempenham papéis sociais de baixo prestígio e estereotipados apresentados “atributos negativos, [com] ausência de nome e qualquer referência a atividades ou características positivas” (SILVA, 2008, p. 30). Esses fenômenos podem se prejudiciais para o desenvolvimento das crianças negras, uma vez que,

[...] imagens estereotipadas induz a criança negra a inibir suas potencialidades, limitar suas aspirações profissionais e humanas e bloquear o pleno desenvolvimento de sua identidade racial. Cristaliza-se uma imagem mental padronizada que diminui, exclui, sub-representa e estigmatiza o povo negro, impedindo a valoração positiva da diversidade étnico-racial, bloqueando o surgimento de um espírito de respeito mútuo entre negros e brancos e comprometendo a idéia de universalidade da cidadania (ROCHA, 2011, p.36).

Com a finalidade de se apropriar das questões étnicas dentro do ambiente escolar, desenvolveu-se, pesquisa empírica. Para tanto analisou-se também as (2008) Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Infantil de Curitiba com a finalidade de averiguar se há alguma orientação para os professores trabalharem com as questões étnico-raciais. No entanto, verificou-se que a questão étnica é mencionada de documento, entretanto, não traz orientação no que tange ao desenvolvimento do trabalho pedagógico menciona que a diversidade deve ser trabalhada em sala, porém, sem instruções e/ou sugestões de trabalho,

dificultando o desenvolvimento de atividades junto às crianças. Partindo da premissa de que o documento é um dos principais norteadores para os professores da rede pública de Curitiba, pode-se considerá-lo frágil no quesito racial, tendo em vista que não aborda a questão étnica de maneira concisa como é previsto na lei nº10.639/2009. Amparados nos fundamentos teóricos, partir-se-á para as averiguações advindas da pesquisa de campo da análise do contexto escolar propriamente.

Pesquisa empírica: averiguações e constatações teóricas

A fim de organizar e esquematizar a pesquisa empírica partiu-se de vários levantamentos preliminares junto à Secretaria Municipal de Educação (SME) de Curitiba, com o intuito de levantar dados que norteassem a escolha da unidade escolar a ser pesquisada. Com a escola definida, o trabalho encaminhou-se para solicitação de autorização para realizar a pesquisa junto com as crianças bem como com os profissionais envolvidos, assegurando, o sigilo quanto a identificação de todos. Com as devidas autorizações, iniciou-se as observações na escola, totalizando 108 horas.

Assim, a pesquisa empírica contou com observações em uma sala de aula e entrevista com a professora regente, estagiária e com os alunos negros matriculado nesta turma. Na observação procurou-se identificar os encaminhamentos pedagógicos, metodológicos e rotina com os alunos. As entrevistas com a professora e a estagiaria tiveram como premissa conhecer a formação delas, além de, sua posição quanto às questões étnico-raciais no desenvolvimento do trabalho.

A partir dos traços negróides, identificou-se três alunos negros: Gean, Henrique e Marcos². Como a identificação traz riscos – da real identidade das crianças, tendo em vista que uma criança pode ser considerada socialmente branca, mas possuir descendência afro, buscou-se a confirmação através de outros meios. Quanto a Gean, conseguiu-se confirmar através de uma fotografia fixada em um caderno, mas em relação aos outros dois meninos, isso não foi possível. Resolveu-se então, organizar uma conversa informal a fim de se checar a descendência dos dois alunos cuja identidade étnica trazia dúvidas. No dia da entrevista, somente Henrique esteve presente, sendo, então, confirmada sua negritude. As observações foram feitas na única turma de educação infantil em funcionamento do período da tarde,

² Todos os nomes utilizados neste trabalho serão fictícios, a fim de preservar a identidade dos sujeitos.

constituída de 24 alunos sendo 8 meninas e 16 meninos conforme a figura 1³. A sala de aula possuía 32 carteiras para as crianças.



Figura 1 - Alunos da Educação Infantil

A sala conta com um espelho, armários para brinquedos e materiais diversos, um tapete emborrachado grande e uma estante com alguns livros. Entre as observações do espaço físico e dos murais da sala e da escola, um fato chamou a atenção. As figuras das placas de identificação das portas das salas eram um balão com um menino e uma menina como observado na figura 2. Logo abaixo, era escrito o nome da turma indicando, na parte inferior do desenho, o que há detrás da porta, se é secretaria, cozinha, diretoria, entre outros. Observou-se que todos os bonecos são brancos, não havendo personagens de outras etnias para indicar a diversidade racial. Foi observado, também que as figuras fixadas no quadro de giz, conforme indica a figura 3 – utilizada para colocar o número total de meninos e meninas da sala – não indicavam a diversidade.

³ Os responsáveis dos alunos assinaram uma autorização permitindo que a imagem de seus responsabilizados fosse divulgada em trabalhos e/ou em apresentações de eventos científicos.



Figura 2 – Placa de identificação da porta da sala

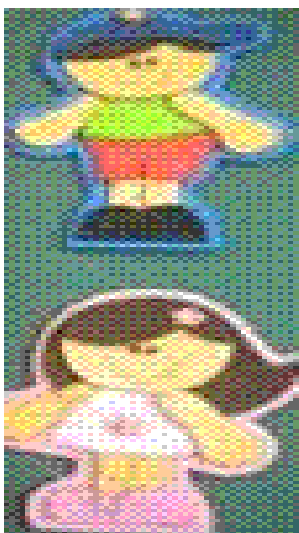


Figura 3 – Desenho fixado no quadro de giz

Uma das atividades pedagógicas das crianças é o momento da leitura, realizado diariamente, por determinação do Núcleo de Educação, segundo informou Márcia em entrevista. A professora utiliza diversos recursos para que o momento seja prazeroso. Quando questionada sobre o momento da leitura, Márcia descreveu a seguinte programação: na segunda-feira, faz-se uso de uma “caixa mágica” para contar histórias; na terça-feira, usa-se um adereço; na quarta-feira, lê-se um livro para as crianças; na quinta-feira, é seu dia de permanência este é um dia em que a professora faz seu planejamento de aula no qual professoras de artes e educação física entram em sala para substituí-la; e na sexta-feira, livros são disponibilizados para que os alunos manuseiem. Em todas as histórias observadas

contadas pela professora, em nenhuma delas houve a presença de um personagem negro. Como foi dito anteriormente, a ausência de personagens negros na literatura infanto-juvenil pode desencadear nas crianças não brancas um ego branco. Observou-se na turma investigada que os alunos eram oriundos de diversas etnias, portanto era importante trabalhar questões raciais na turma, mas independente da origem étnica dos educandos os trabalhos pedagógicos devem abordar a diversidade, não só para que o respeito entre as raças seja desencadeado, mas também para ampliar o conhecimento das crianças – considerando que elas entraram em contato com diferentes culturas. Este procedimento também ajudará as crianças se auto afirmarem e não terem problemas com sua identidade, tendo em vista que elas estão em período de formação.

Foi identificado na escola pesquisada o racismo do tipo implícito, por não haver nenhuma espécie de racismo verbalizada, porém através figuras das placas das portas, das figuras dentro e fora de sala, da ausência de personagens negros nos livros, do silêncio das profissionais (em relação às questões raciais) é possível detectar a ausência de se trabalhar com a etnia tanto nos trabalhos pedagógicos, quanto nas atividades diversas da instituição.

É importante para a construção da identidade das crianças negras e não-negras a escola disponibilizar, em seus murais, cartazes informativos e decorativos personagens de diversas etnias, essas são medidas simples que podem ser tomadas, mas que causarão impactos positivos no desenvolvimento de todos os alunos. No entanto não se pode “colocar na escola toda a responsabilidade da superação do racismo” (ROCHA, 2011, p.33), mas deve ser levado em consideração que as instituições educacionais formam um ambiente propício não só para a intervenção de trabalhos comprometidos com a diversidade e cidadania, mas também para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos.

Considerações finais

No momento em que as questões étnicas são trabalhadas dentro da sala de aula, os saberes das crianças são ampliados. Elas aprenderão, desde muito cedo, que a prática da discriminação e/ ou o racismo é incorreto e fere o direito do seu próximo. Não basta os professores terem consciência da importância de trabalhar a questão racial na escola, é preciso que estes, tenham formação para melhor desenvolver seu trabalho.

A ausência de se trabalhar as questões raciais contribui para solidificar o racismo implícito. Medidas simples como usar personagens negros, disponibilizar figuras/imagens de afro-descendentes, entre outras medidas, não podem ser despercebidas por uma escola que visa integridade e comprometimento com a questão racial. Certamente a escola não poderá agir sozinha, para isso é importante que os profissionais recebam orientação e instruções de como desenvolver trabalhos étnicos respeitando as especificidades de seus alunos. Essas orientações precisam ser incluídas em documentos orientadores para professores e nos cursos de formação.

É imprescindível um trabalho pedagógico comprometido com a cidadania e respeito por todos os cidadãos visando o combate ao racismo e à discriminação. Mas para ter efeito o trabalho deverá ser desenvolvido coletivamente com todos os envolvidos na escola. A instituição que trabalhar tais questões de maneira coerente desenvolverá junto aos alunos a valorização dos cidadãos, povos e nações, no qual os educandos aprenderão que independentemente das diferenças, todos possuem igual direito para usufruir e ter acesso aos bens e serviços na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**: atualizada em 2009. Editora Escala, São Paulo, 2009.

BRASIL, Lei n. 10.639. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

CAVALLEIRO, E.S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. Contexto, São Paulo, 2007.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Infantil de Curitiba. 2008.

GOMES, N. L. Educação do cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, E. (org). **Racismo e anti-racismo na educação**. Selo Negro, São Paulo, 2011.

GONÇALVES, L.A.O. Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, n.63, p. 27-29, novembro, 1987.

IBGE. **Conceitos.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em 19 ago. 2011.

LOPES, V. N. Racismo, preconceito e discriminação. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.185-200.

ROBERTO, V. Políticas Raciais Compensatórias: o dilema brasileiro do século XXI. In: SABOIA, G.V. (Org). Anais de seminários regionais preparatórios para a conferência mundial contra o racismo. Brasília. Ministério da Justiça, 2001.

ROCHA, L.C.P. Política Educacional e a Lei 10.639/03: uma reflexão sobre a necessidade de superação de mecanismos ideológicos legitimadores do quando de desigualdades raciais e sócias na sociedade brasileira. In: Costa, Hilton; Silva, Paulo Vinicius Baptista (Orgs.). **Notas de história e cultura afro-brasileira**. Editora UEPG, Ponta Grossa, 2011.

SANTOS, I A.A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, E. (org). **Racismo e anti-racismo na educação**. Selo Negro, São Paulo, 2011.

SANT'ANA, A.O. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-68.

SILVA, P.V.B. **Racimo em livros didáticos**: estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.